

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho
retificado pela Retificação n.º 1673/2004, de 7 de Setembro,
com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de Agosto
e n.º 9752/2012, de 18 de Julho

GUIA DE ORIENTAÇÕES

Abril de 2017

ÍNDICE

A

Candidatura, divulgação e seleção de alunos

Pág.

1. Candidatura	05
1.1 Constituição do itinerário	05
1.2. Procedimentos de candidatura	06
1.3. Prazos de candidatura pedagógica	06
2. Seleção de alunos	06
2.1. Critérios de seleção	06
3. Profissões regulamentadas	07

B

Equipa pedagógica

1. Composição da equipa pedagógica	07
2. Atribuições da equipa pedagógica	08
3. Perfis dos professores/formadores/grupos de recrutamento	08
3.1. Perfil dos professores/formadores	08
3.2. Grupos de recrutamento	08
4. Atribuições do Diretor de Curso	09
5. Acompanhante de estágio	09
6. Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)	10
7. Recuperação/reposição das horas letivas não lecionadas	10
8. Desdobramento de turmas	11
9. Funcionamento da equipa pedagógica	11

C

Funcionamento dos cursos

1. Horários	12
2. Assiduidade	12
2.1. Reprovação no estágio por falta de assiduidade	13

D

Organização e Desenvolvimento das componentes de formação

1. Componente de formação sociocultural	14
2. Componente de formação científica	14
3. Componente de formação tecnológica	14
4. Componente de formação prática em contexto de trabalho	14
5. Prova de avaliação final (PAF)	15

E

Avaliação das aprendizagens

Pág.

1. Avaliação	17
2. Recuperação	17
3. Classificação	17
4. Momentos de avaliação	18
5. Progressão	18
6. Realização de exames nacionais (avaliação sumativa externa)	18
7. Avaliação da Componente de Formação Prática	19
8. Creditação	19
9. Certificações	20

F

Tipologia dos cursos

1. Organograma dos Cursos de Educação e Formação – um <i>continuum</i> de formação	21
2. Tipologia dos Cursos de Educação e Formação	22

G

Anexos

Anexo 1 – Declaração de intenções	
Anexo 2 – Protocolo com empresa	
Anexo 3 – Quadro de disciplinas da Componente de Formação Científica por curso e tipologia	
Anexo 4 – Ata de reunião da equipa pedagógica	
Anexo 5 – Plano de estágio/Roteiro de atividades	
Anexo 6 – Ficha de assiduidade/Avaliação no estágio	
Anexo 7 – Ata da prova de avaliação final	

Nota Introdutória

Após a implementação dos Cursos de Educação e Formação, criados ao abrigo do Despacho Conjunto nº453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho, considerando algumas alterações no sistema de educação e formação com a criação do Sistema Nacional de Qualificações e com a publicação de legislação que tem implicações no desenvolvimento dos CEF, torna-se necessário emitir orientações técnicas no sentido de conciliar os normativos em vigor.

Assim, procedeu-se à atualização deste Guia de Orientações pretendendo-se que este instrumento de trabalho contribua para uma harmonização de procedimentos a nível nacional.

Desenvolvimento

A — Candidatura e seleção de alunos

1. Candidatura

1.1 Constituição do itinerário

- 1.1.1 Para a seleção dos cursos a implementar, a escola/entidade formadora deve ter em conta os interesses dos alunos, as condições técnicas, materiais e humanas de que dispõe e as necessidades do meio.

Para tal deverão as escolas efetuar os seguintes procedimentos:

- Identificação dos interesses dos alunos;
- Levantamento dos dados relativos ao insucesso no ano ou anos de escolaridade correspondentes aos cursos pretendidos;
- Levantamento dos recursos humanos (existentes e necessários);
- Levantamento dos recursos materiais (instalações e equipamentos);
- Estabelecimento de contactos com outras escolas/entidades formadoras do concelho com vista a concertar uma oferta diversificada;
- Verificação, em articulação com os centros de emprego ou outras instituições locais do nível de empregabilidade relativo às profissões a que os cursos dão acesso;
- Levantamento da rede de empresas a nível local e regional que se poderão constituir como parceiras.

- 1.1.2 A constituição do itinerário faz-se, relativamente às componentes de formação sociocultural e científica, com recurso aos referenciais formativos definidos pela ANQEP (www.anqep.gov.pt¹) e relativamente à componente de formação tecnológica pelas Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) da componente de formação tecnológica dos referenciais de formação das qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (www.catalogo.anqep.gov.pt). As UFCD podem, eventualmente, ser organizadas em domínios.

- 1.1.3 As UFCD são certificadas autonomamente e, por esse motivo, devem manter o código, a designação, a organização e a carga horária.

- 1.1.4 O total do ciclo de formação por componente constante nas matrizes curriculares das diferentes tipologias são as cargas mínimas que devem ser lecionadas, podendo a carga horária da componente de formação tecnológica ser acrescida para cumprir na íntegra a carga horária estabelecida para cada qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), desde que seja viável.

¹ www.anqep.gov.pt → profissionais de educação e formação → equipa pedagógica dos cursos de educação e formação → programas

1.2 Procedimentos de candidatura

1.2.1 Candidatura Pedagógica

Na sequência da seleção do(s) curso(s) a desenvolver e da constituição dos respetivos itinerários, a entidade formadora deve preencher os modelos de candidatura previstos na plataforma SIGO.

No caso da candidatura incluir apenas a declaração de intenções, os protocolos de estágio devem ser celebrados até ao final do 1.º período ou até ao final do 1.º ano, consoante o curso se desenvolva durante um ou dois anos.

1.2.2 Compete à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) analisar as candidaturas das entidades formadoras tuteladas pelo MEC e dar autorização de funcionamento.

1.2.3 Existem profissões regulamentadas, isto é, profissões cujo exercício requer, o cumprimento de um conjunto de requisitos determinados pela Autoridade Competente responsável pelo acesso à profissão. Estes requisitos diferem de profissão para profissão, pelo que a escola/entidade formadora que pretenda oferecer cursos cujas saídas correspondem a profissões regulamentadas devem, em primeiro lugar conhecer os requisitos exigidos pelas respetivas Autoridades Competentes, tendo em vista garantir a certificação dos alunos para o exercício dessas profissões.

No caso de profissões que exigem a homologação do curso de formação pela respetiva entidade competente, a escola/ entidade formadora deve iniciar o processo de homologação do curso de formação junto da respetiva autoridade competente com uma antecedência que permita a sua emissão em tempo útil, para que possa vir a ser anexado à respetiva candidatura na plataforma SIGO, a fim de que a respetiva DRE possa autorizar o seu funcionamento.

1.3 Prazos de candidatura pedagógica

1.3.1 As candidaturas a cursos que visem qualificações para as quais existem referenciais aprovados devem ser introduzidas na plataforma SIGO nos prazos estabelecidos pela DGEstE.

1.3.1.1 As listagens definitivas de alunos devem ser incluídas na candidatura em fase posterior, respeitando os prazos de matrícula nas escolas.

2. Seleção de alunos

2.1 Critérios de seleção

2.1.1 A idade mínima de acesso a qualquer dos percursos é de 15 anos. No entanto, poderá ser autorizada pelo Diretor Regional de Educação a frequência destes cursos a jovens com idade inferior a 15 anos, desde que o requerimento:

- Seja assinado pelo encarregado de educação, o qual declara que autoriza o seu educando a frequentar o respetivo curso de acordo com as normas estabelecidas no despacho conjunto n.º 453/2004, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho;
- Seja acompanhado por relatório fundamentado com parecer do SPO, caso exista, ou do diretor de curso/turma ou professor de apoio educativo, nas outras situações.

NOTA: Considerando, por um lado, o cumprimento da escolaridade obrigatória e, por outro, o carácter de dupla certificação desta modalidade, que requer um perfil profissional para a frequência de determinado curso, não é aconselhável a admissão de jovens nos percursos de nível 2 (T2 ou T3) com idade inferior a 14 anos.

- 2.1.2 Apesar de não estar estabelecido limite máximo de idade para frequência de cursos desta oferta formativa, aplicam-se as restrições de matrícula previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 176/2013, de 2 de agosto; a constituição das turmas deve ser sempre efetuada tendo em conta o nível de escolaridade, o nível etário dos alunos e a diversidade da oferta formativa de dupla certificação, nomeadamente a existência de cursos EFA de nível básico e secundário.
- 2.1.3 Os cursos cofinanciados pelo POCH devem obedecer às regras estabelecidas no respetivo regulamento.

3. Profissões Regulamentadas

O desenvolvimento de cursos de Educação e Formação que preparem para o exercício de uma profissão regulamentada deve cumprir todos os requisitos exigidos pelas autoridades competentes responsáveis pela certificação de acesso à profissão, disponíveis nos respetivos *sites* e nas observações dos referenciais de formação da componente de formação tecnológica das qualificações do Catálogo Nacional de Qualificações.

Para obter informação relativa às profissões constantes da listagem abaixo apresentada, deve consultar *os sites das respetivas entidades competentes*.

B — Equipa pedagógica

1. Composição da equipa pedagógica

A equipa pedagógica é coordenada pelo diretor de curso (DC), o qual assegurará também as funções de diretor de turma, e integra os professores das diferentes disciplinas, os profissionais de orientação, os professores acompanhantes de estágio e outros elementos que intervenham na preparação e concretização do curso, nomeadamente os formadores externos (Alíneas b) e f) do número 2 do art.º 7.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, com a redação dada pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho).

2. Atribuições da equipa pedagógica

2.1 Compete à equipa pedagógica a organização, implementação e avaliação do curso, nomeadamente:

- A articulação interdisciplinar;
- O apoio à ação pedagógica dos docentes/formadores que a integram e a promoção do trabalho articulado na equipa pedagógica;
- O acompanhamento do percurso formativo dos alunos, em articulação com o diretor de curso/turma, promovendo o sucesso educativo e, através de um plano de transição para a vida ativa, uma adequada inserção no mundo do trabalho ou prosseguimento em percursos subsequentes;
- A elaboração de propostas dos regulamentos específicos do estágio e da PAF, os quais deverão ser homologados pelos órgãos competentes da escola e integrados no respetivo regulamento interno;
- A elaboração da PAF.

2.2 As reuniões periódicas da equipa pedagógica são um espaço de trabalho entre todos os elementos da equipa, propício à articulação interdisciplinar, bem como à planificação, formulação/reformulação e adequação de estratégias pedagógicas ajustadas ao grupo turma, de forma a envolver os alunos neste processo de ensino-aprendizagem.

Estas reuniões deverão ser inseridas na componente não letiva de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou ensino (de acordo com o Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de julho).

3. Perfis dos professores/formadores/grupos de recrutamento

3.1. Perfil dos professores/formadores

Os professores/formadores que integram a equipa pedagógica e intervêm nesta oferta formativa atuam junto de públicos heterogéneos que por motivos diferenciados procuram uma nova oportunidade de educação e formação. Assim, considera-se essencial que evidenciem claramente aptidões que envolvam o espírito de cooperação, a facilidade de comunicação e relacionamento, a flexibilidade, a tolerância, bem como a assunção das funções cultural, social, cívica e económica da formação, incentivando à aprendizagem e ao desenvolvimento da maturidade pessoal, social e profissional dos alunos.

Pretende-se que o curso constitua não somente um processo de consciencialização da riqueza e benefícios obtidos através da aprendizagem na escola, mas também um meio de obtenção de competências facilitadoras da inserção no mundo do trabalho e das vantagens da educação e da formação ao longo da vida.

3.2. Grupos de recrutamento

Considerando que os cursos que constituem esta oferta formativa integram algumas disciplinas que não figuram nos planos curriculares dos currículos nacionais do ensino básico ou do ensino secundário, não tendo por essa razão grupo de recrutamento associado, sugere-se que as mesmas sejam lecionadas pelos seguintes docentes:

- a) Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho
 - b) Cidadania e Mundo Actual
 - c) Cidadania e Sociedade
- } Não havendo grupo definido, deverá o Conselho Executivo atribuir a lecionação destas disciplinas a docentes com formação na área ou com formação académica afim
- d) Atividades económicas – Grupos de recrutamento 430 e 420
 - e) Ciências básicas – Grupo de recrutamento 230
 - f) Desenho técnico – Grupo de recrutamento 530, desde que habilitados com cursos de Engenharia ou Arquitetura
 - g) Sociologia – Grupo de recrutamento 430

4. Atribuições do Diretor de Curso

- 4.1 O diretor de curso deve ser nomeado, preferencialmente, de entre os professores da componente de formação tecnológica.
- 4.2 Compete ao diretor de curso a coordenação técnico-pedagógica dos cursos, incluindo a convocação e coordenação das reuniões periódicas da equipa pedagógica, a cooperação com todos os elementos da equipa pedagógica a fim de promover a articulação entre as diferentes componentes de formação, entre as diferentes disciplinas e, em articulação com os SPO ou profissionais de orientação, tudo o que se relaciona com a preparação da prática em contexto de trabalho e com o plano de transição para a vida ativa. (Alínea e) do número 2 do Artigo 7.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho). Compete ainda ao diretor de curso articular com direção executiva e com as estruturas de coordenação pedagógica e orientação educativa.
- 4.3 Compete, ainda, ao Diretor de Curso, no âmbito das suas funções de diretor de turma:
 - a) Assegurar a articulação com os alunos, pais e encarregados de educação;
 - b) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
 - c) Articular as atividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
 - d) Apresentar à direção executiva um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido.
- 4.4 As funções de coordenação técnico-pedagógica do diretor de curso são desempenhadas de acordo com o disposto na alínea f) do artigo 7.º do Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho.

5. Acompanhante de estágio

- 5.1 O acompanhante de estágio, nomeado preferencialmente de entre os professores da componente tecnológica, assegura, em estreita articulação com o monitor da entidade enquadradora e com os profissionais de orientação, o acompanhamento técnico-pedagógico durante a formação em contexto de trabalho bem como a avaliação do formando. (Alínea a) do número 4 do Artigo 8.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho).
- 5.2 O acompanhante de estágio dispõe, para o efeito, durante o período de realização do mesmo, de uma equiparação de uma hora e trinta minutos (um tempo letivo) semanais por cada aluno que acompanhe. (Alínea a) do número 5 do Artigo 8º do Regulamento anexo ao Despacho

Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho).

- 5.3 As deslocações do professor acompanhante de estágio às entidades enquadradoras são consideradas deslocações em serviço, conferindo os inerentes direitos legalmente previstos. (Alínea b) do número 5 do Artigo 8.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho).

6. Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

6.1 Estão atribuídas aos SPO as seguintes competências:

- 6.1.1 Intervir no acesso e na identificação dos alunos candidatos aos cursos de educação e formação utilizando técnicas inerentes a um processo de orientação vocacional, nomeadamente a entrevista;
- 6.1.2 Colaborar na organização da oferta educativa e formativa, através da identificação dos interesses dos alunos da comunidade educativa, no levantamento das necessidades de formação e das saídas profissionais emergentes na comunidade local, bem como, na divulgação da oferta educativa e formativa em articulação com outras escolas/ entidades formadoras, de forma a contribuir para uma rede diversificada e complementar de ofertas de cursos a nível local;
- 6.1.3 Contribuir, em colaboração com a equipa pedagógica, para a definição e aplicação de estratégias aditivas de orientação e estratégias psicopedagógicas, apoiando a elaboração e aplicação de programas de desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, de empregabilidade e de gestão de carreira;
- 6.1.4 Apresentar, em colaboração com o diretor de curso e em fase de candidatura, um plano de transição para a vida ativa de forma estruturada e intencional mas flexível, de modo a permitir possíveis reformulações sempre que necessário e em consonância com as características, necessidades e evolução do grupo-turma. O plano de transição para a vida ativa pode incluir atividades de exploração pessoal (por exemplo, portfolio pessoal, identificação de características pessoais, competências desenvolvidas e transferência de competências), atividades de exploração do mundo do trabalho (por exemplo, visitas a locais de trabalho para acompanhamento de um profissional com guião de observação e de entrevista) e técnicas de procura ativa de emprego (por exemplo, resposta a anúncios e simulação de entrevista para emprego);
- 6.1.5 Colaborar com o professor acompanhante de estágio e com o diretor do curso no acompanhamento dos alunos em situação de formação em contexto de trabalho, nomeadamente, na elaboração do plano individual de estágio, atividades de preparação para a integração dos alunos no estágio e de desenvolvimento de competências de empregabilidade durante o mesmo;
- 6.1.6 Sempre que, em acordo com o diretor de curso, se considere relevante, participar na reunião semanal da equipa pedagógica.

7. Recuperação/Reposição das horas letivas não lecionadas

- 7.1 Face à natureza destes cursos, que exige a leção da totalidade das horas previstas para cada itinerário de formação, de forma a assegurar a certificação, torna-se necessário a reposição das aulas não lecionadas. Neste sentido, sugere-se que:

- a) As horas letivas previstas e não lecionadas por colocação tardia dos professores ou por falta de assiduidade destes, sejam recuperadas através do prolongamento da atividade letiva diária ou semanal e/ou da diminuição do tempo de paragem letiva no Natal, Carnaval e/ou Páscoa;
 - b) A gestão da compensação das horas em falta seja planeada em reunião da equipa pedagógica e comunicada pelo diretor de curso ao órgão de gestão da escola;
 - c) Os professores organizem um conjunto de materiais, preferencialmente por área de formação/curso, criando "bolsas" de materiais que permitam desenvolver atividades relativas à sua disciplina, facilitando o processo de substituição em caso de faltas pontuais;
 - d) A permuta entre docentes seja feita quando os respetivos horários sejam compatíveis, não devendo ser marcada falta, se a aula for efetivamente reposta, nem descontado o subsídio de refeição.
- 7.2 Sempre que se realizem visitas de estudo, as horas efetivas utilizadas durante as mesmas, excluindo as utilizadas nas deslocações, serão distribuídas pelas disciplinas envolvidas no projeto e consideradas tempos letivos das mesmas, desde que estas tenham sido objeto de planificação integrada e respetiva aprovação pelo órgão pedagógico da escola.

8. Desdobramento de turmas

- 8.1 Na alínea l) do número 7 do Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho, prevê-se a possibilidade de desdobramento em turnos das turmas nas disciplinas de prática simulada sempre que o número de alunos seja superior a 12 em situações devidamente justificadas e sempre que estejam em causa a segurança e a saúde de alunos e professores ou as condições físicas e materiais o justificarem.

Esta possibilidade de desdobramento também se aplica às disciplinas de carácter experimental exclusivamente nas aulas práticas de laboratório.

9. Funcionamento da equipa pedagógica

- 9.1 Os elementos da equipa pedagógica que asseguram a lecionação dos cursos dispõem de reuniões periódicas,
- 9.2 As reuniões referidas no número anterior são coordenadas pelo diretor de curso
- 9.3 No início das atividades letivas, deve realizar-se um conselho de turma com vista à elaboração do plano de turma, o qual poderá ser reajustado em reuniões periódicas.
- 9.4 Compete à equipa pedagógica realizar reuniões de avaliação – conselhos de turma, em cada ano de formação em três momentos sequenciais. Poderá ainda haver necessidade de realizar conselhos de turma extraordinários.

C — Funcionamento dos cursos

1. Horários

- 1.1 A duração diária, semanal ou anual dos cursos variará em função da tipologia dos mesmos e obedecerá às normas estabelecidas para a elaboração de horários em escolas do ensino básico, secundário ou profissional.
- 1.2 Com exceção do período de formação prática em contexto de trabalho, no qual a duração será ajustada ao horário de funcionamento em vigor para a atividade profissional visada, a carga horária semanal de referência dos cursos que se desenvolvem em regime diurno deverá ter uma duração entre as 30 e as 34 horas semanais.
- 1.3 Prevê-se que o início dos cursos, com exceção do T6, tenha lugar a 15 de Setembro, sendo que nos cursos de um ano (T1b, T3, T4, F.C. e T7), as atividades em contexto escolar desenvolvem-se durante 30 semanas e nos cursos com a duração de dois anos (T1a, T2 e T5), as atividades em contexto escolar desenvolvem-se: no 1.º ano durante 36 semanas e no 2.º ano durante 30 semanas.
- 1.4 No caso dos cursos T6, o contexto escolar deve iniciar-se no princípio da 2ª semana de Setembro, prevendo-se a sua conclusão no final da primeira semana de Junho de forma a possibilitar a realização dos exames nacionais, caso o pretendam, com a parte escolar concluída.

2. Assiduidade

Os procedimentos a adotar no que se refere à assiduidade seguem o estabelecido nos números 1, 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho, conjugado com o disposto nos artigos 18.º, 19.º, 20.º, e 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, nos termos abaixo explicitados.

-Conforme estabelecido no Artigo 18.º da Lei acima referida (cf. nº 2), o limite de faltas dos CEF está previsto na regulamentação própria da respetiva modalidade ou, no quadro desta, no regulamento interno da escola. Assim, o limite de faltas previsto para os CEF definido no Artigo 9.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho (cf. n.º 1), é o seguinte:

- Para efeitos da conclusão da formação em contexto escolar com aproveitamento, deve ser considerada a assiduidade do aluno, a qual não pode ser inferior a 90% da carga horária total de cada disciplina ou domínio;
- Para efeitos da conclusão da componente de formação prática com aproveitamento, deve ser considerada a assiduidade do aluno, a qual não pode ser inferior a 95% da carga horária do estágio.

Neste contexto, a aplicação do disposto nos números 3, 4 e 5 do artigo 18º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, deverá ter em conta o limite de faltas definido no Artigo 9º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, sendo igualmente aplicáveis as disposições constantes dos números 2, 3, 4 e 5 do Artigo 19.º e do artigo 20º da Lei acima mencionada.

Relativamente aos efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas e às medidas de recuperação, para além das definidas nos Artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, o Artigo 9º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho (cf. n.º 2), determina ainda que "Quando a falta de assiduidade do aluno for devidamente justificada, as atividades formativas poderão ser prolongadas, a fim de permitir o cumprimento do número de horas estabelecido ou o desenvolvimento de mecanismos de recuperação necessários, tendo em vista o cumprimento dos objetivos de formação definidos"

- De referir ainda que o Artigo 21.º da Lei supracitada, designadamente os números 1, 2, 5, 7 e 8, é aplicável aos CEF, sendo que, no que diz respeito à regulamentação específica desta modalidade, o aspeto que deve ser tido em consideração, quanto ao incumprimento das medidas previstas neste número, é a impossibilidade de conclusão dos cursos, nos termos estabelecidos nos Artigos 9.º e 16.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho.

Assim:

- O incumprimento ou ineficácia das medidas de recuperação implica, independentemente da idade do aluno, a exclusão da frequência da(s) disciplina(s), exceto na componente de formação prática em que implica a exclusão da componente;
- A exclusão acima referida tem como consequência a retenção do aluno no ano que se encontra a frequentar, no caso de se tratar de um percurso de nível básico.

Todos os alunos que estejam abrangidos pelo regime de escolaridade obrigatória ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 22 de Agosto, enquadram-se no que está regulamentado no n.º 3 do Artigo 9.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, devendo frequentar o percurso iniciado até ao final do ano, ainda que tenha ultrapassado o limite de faltas permitido.

2.1 Reprovação no estágio por falta de assiduidade

- 2.1.1 Os alunos que frequentem cursos T1,T2 ou T3 e tenham ultrapassado o número de faltas permitido no estágio (5%) não poderão obter qualquer certificação profissional, podendo, no entanto, obter certificação escolar de final de ciclo, desde que tenham cumprido o estabelecido no número 3 do Artigo 18.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho. É no entanto de referir que, sendo a componente de formação prática uma parte integrante desta modalidade de educação e formação, o não cumprimento do regime de assiduidade a esta componente de formação não permitirá ao aluno desenvolver as competências correspondentes ao perfil de saída de determinado itinerário de formação tal como estava previsto no plano de transição para a vida ativa e de acordo com o carácter de dupla certificação que caracteriza esta oferta.
- 2.1.2 Os alunos que frequentem cursos T4, F.C., T5, T6 ou T7 e tenham ultrapassado o número de faltas permitido no estágio não poderão obter qualquer certificação.
- 2.1.3 Os alunos referidos nos pontos anteriores podem requerer certidão das componentes ou das disciplinas em que obtiveram aproveitamento.
- 2.1.4 Aos alunos referidos nos pontos 2.1.1 e 2.1.2, deverá a escola, sempre que possível, através do Diretor de Curso, do Professor Acompanhante de Estágio e dos SPO, e articuladamente com o aluno e respetiva família, proporcionar a oportunidade de novo estágio, em momento e na empresa que se considerem mais apropriados.
- 2.1.5 Em situações excecionais, em que a falta de assiduidade seja devidamente justificada, os alunos poderão prosseguir o estágio, de forma a totalizar as 210h previstas.
- 2.1.6 Os alunos que reprovem no estágio por falta de assiduidade não realizam PAF.

D — Organização e desenvolvimento das componentes de formação

1. Componente de formação sociocultural

As disciplinas que constituem esta componente, assim como os programas e a respetiva carga horária, encontram-se definidas e poderão ser consultadas na página da ANQEP: www.angep.gov.pt: *profissionais de educação e formação → equipa pedagógica dos cursos de educação e formação → programas.*

O número de horas a lecionar em cada disciplina não poderá ser inferior ao estabelecido no Anexo 2 do Despacho Conjunto n.º 453/2004, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho.

As escolas que não possuam condições para a prática de Educação Física deverão celebrar parcerias/ protocolos com entidades locais que viabilizem a concretização das práticas previstas.

2. Componente de formação científica

As disciplinas que constituem o plano de formação desta componente, assim como a respetiva carga horária, encontram-se definidas no Anexo 3 do Guia de Orientações dos Cursos de Educação e Formação e os respetivos programas na página da ANQEP: www.angep.gov.pt: *profissionais de educação e formação → equipa pedagógica dos cursos de educação e formação → programas.*

3. Componente de formação tecnológica

3.1 A componente de formação tecnológica de todas as tipologias, com exceção da Formação Complementar, é constituída pelas Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) da componente de formação tecnológica dos referenciais de formação constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (www.catalogo.angep.gov.pt), de forma a corresponder ao respetivo perfil profissional.

3.3 A componente de formação tecnológica dos cursos de Formação Complementar é comum a todas as áreas de formação e pretende desenvolver competências pessoais e sociais e de organização empresarial. Os referenciais desta componente encontram-se disponibilizados na página da ANQEP.

4. Componente de formação prática em contexto de trabalho

4.1 A formação prática em contexto de trabalho assume a forma de estágio de 210 horas correspondente a 6 semanas e com o horário de trabalho legalmente previsto para a atividade em que se encontra a estagiar.

4.2 O desenvolvimento do estágio deve realizar-se durante o mês de Junho e a primeira quinzena de Julho, ou seja, no final do percurso formativo para que o aluno, quando se integra nesta componente detenha já um domínio relevante das competências visadas.

4.3 Em casos excecionais, quando o estágio não se possa realizar no período previsto na alínea anterior, a entidade formadora deverá, propor de forma fundamentada, à respetiva Direção de Serviços Regional uma nova calendarização.

4.4 De acordo com a Portaria 413/99 de 08/06, que regulamenta o Seguro Escolar, na alínea c) do número 1, do Artigo 2º: "Os alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam estágios ou desenvolvam experiências de formação em contexto de trabalho, que constituam o prolongamento temporal e curricular necessário à certificação" estão abrangidos pelo

seguro escolar. Ainda, de acordo com o número 2 do Artigo 13º: “O seguro escolar garante ainda os prejuízos causados a terceiros pelo aluno, desde que sujeito ao poder de autoridade do órgão administrativo e gestão do estabelecimento de educação e ensino (...)”. Contudo, caso a escola considere pertinente, poderá ser celebrado em complemento um seguro de acidentes pessoais que proteja os formandos contra riscos e eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das ações de formação. Este normativo deverá ser também consultado quanto às regras durante as deslocações/ transporte dos alunos para o local de estágio.

- 4.5 Deverá ser elaborado um regulamento da formação em contexto de trabalho, contendo as normas de funcionamento, bem como um modelo de um plano individual de estágio e de um protocolo a acordar entre a entidade formadora e a entidade enquadradora de estágio. O plano individual de estágio deve incluir os seguintes elementos: objetivos do estágio, programação das atividades, horário a cumprir, data de início e de conclusão do estágio, bem como competências a desenvolver. Ao plano individual do estagiário deve ser anexo um regulamento de estágio com normas de funcionamento do estágio, nomeadamente, o regime de assiduidade e os parâmetros de avaliação. É de extrema importância a planificação de reuniões entre o professor acompanhante do estágio e o monitor da entidade enquadradora, bem como, prever a planificação de reuniões periódicas com os alunos, de forma a poderem rever o seu plano individual de estágio, discutir as competências chave que têm desenvolvido ou que precisam de desenvolver, anotando relatórios de progresso semanais.

5. Prova de avaliação final (PAF)

- 5.1 A PAF assume o carácter de prova de desempenho profissional e consiste na realização, perante um júri tripartido, de um ou mais trabalhos práticos, baseados nas atividades definidas para o perfil de competências visado, devendo avaliar os conhecimentos e competências mais significativos.

5.1.1 Os cursos que conferem nível 1 de qualificação profissional não incluem a realização de PAF.

- 5.1.2 A PAF prevista para os cursos de formação complementar terá características específicas, nomeadamente no que concerne à sua duração e à constituição do júri. Assim, a duração da mesma não deverá exceder um dia e o júri não tem natureza tripartida sendo constituído por professores da escola.

- 5.2 O regulamento da PAF é elaborado pela equipa pedagógica do curso e deve integrar:

- a) Enquadramento legal;
- b) Natureza e âmbito; (prova individual)
- c) Objetivos;
- d) Estrutura da prova (deverá ter em conta as exigências da entidade certificadora e poderá ser constituída por uma prova prática mediante enunciado, apresentação e discussão);
- e) Calendarização;
- f) Local de desenvolvimento;
- g) Orientação/ acompanhamento;
- h) Avaliação;
- i) Constituição do júri;
- j) Competências do júri.

- 5.3 A matriz da prova deve ser afixada com, pelo menos, um mês de antecedência relativamente à data de início da mesma.

- 5.4 A prova deve realizar-se após a conclusão do estágio, preferencialmente entre 15 e 30 de Julho.

5.4.1 Deve ser afixada uma pauta na qual se identificam os formandos admitidos à prova, o local de realização, o dia e a hora em que a mesma tem lugar.

5.5 O acompanhamento da prova não exige a presença de todos os elementos do júri, podendo ser feito por um elemento do júri coadjuvado por um professor/formador da componente de formação tecnológica.

5.5.1 A defesa da prova perante o júri não deve ultrapassar os 30min.

5.6 A prova de avaliação final deverá ser realizada de acordo com o Artigo 15º do D.C. nº 453/04 de 27/07. Assim, o júri da prova de avaliação final tem uma composição diferenciada, dependendo do curso preparar ou não para o exercício de uma profissão regulamentada.

5.6.1 No caso de itinerários em que a formação prepara para o exercício de uma profissão regulamentada, o júri da PAF deverá ter a seguinte constituição:

- a) Representante da entidade certificadora que preside, ou no caso de impedimento ou de falta do mesmo, o Diretor de curso/ professor acompanhante de estágio;
- b) Um representante das associações empresariais ou das empresas de sectores afins ao curso que tem de representar as confederações patronais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social;
- c) Um representante das associações sindicais dos sectores de atividade afins ao curso que tem de representar as confederações sindicais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

5.6.2 No caso de itinerários em que a formação prepara para o exercício de uma profissão não regulamentada, o júri da PAF deverá ser constituído como a seguir se indica:

- a) Diretor do curso ou professor acompanhante de estágio;
- b) Um representante das associações empresariais ou das empresas de sectores afins;
- c) Um representante das associações sindicais dos sectores de atividade afins.

Nota: No júri da PAF, poderá sempre participar um quarto elemento que deverá ser “uma personalidade de reconhecido mérito na área da formação profissional ou dos sectores de atividade afins ao curso” e que, quando o itinerário de formação se enquadrar no número 5.6.2 poderá substituir o elemento referido na alínea c) caso a sua presença não seja viável e desde que esta situação esteja prevista no regulamento interno da escola/entidade formadora. Nesta situação, sempre que exista empate na votação do júri, o Diretor de Curso ou o Professor acompanhante terá voto de qualidade.

5.6.3 Para além do acompanhamento, avaliação e classificação da prova, o júri é ainda responsável pela elaboração da ata de encerramento das provas de avaliação final e compete-lhe deliberar sobre as reclamações apresentadas, quando as houver.

5.7 Aos alunos que não tenham obtido aprovação ou tenham faltado à prova de avaliação final, será facultada a possibilidade de a repetirem, desde que o solicitem ao Presidente/ Diretor do estabelecimento de ensino de acordo com as regras fixadas no regulamento. Esta repetição pode ser realizada no mesmo estabelecimento de ensino ou noutro, caso o primeiro não ofereça condições.

Do resultado obtido na PAF, o aluno poderá interpor recurso nos 2 dias úteis, após a afixação dos resultados.

5.8 Remuneração do júri da PAF

A oferta de cursos de educação e formação, como resposta ao insucesso e possível abandono escolar por parte dos alunos da escola, deve constar do projeto educativo da mesma, a qual deve, na apresentação do seu pedido/reforço de verbas para o respetivo ano escolar, ter em conta todos os encargos inerentes à lecionação destes cursos.

No caso de existir candidatura financeira, este encargo deve estar previsto.

E – Avaliação das aprendizagens

1. Avaliação

A avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, proporcionando um reajustamento do processo de ensino aprendizagem e a delineação de estratégias diferenciadas de recuperação, que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho, facultando o desenvolvimento de atitudes e de capacidades, facilitadoras de uma maior autonomia na realização das aprendizagens.

2. Recuperação

2.1 Detetadas as dificuldades na aprendizagem e diagnosticadas as causas efetivas de insucesso, a equipa pedagógica propõe a estratégia de recuperação mais ajustada que passa por:

- Definição de um programa de recuperação, assente na intensificação do processo individualizado de acompanhamento, bem como na definição e desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas;
- Realização de um processo de reorientação, por manifesto desinteresse ou inaptidão do aluno para prosseguir no curso. A concretização da reorientação/ encaminhamento do aluno deve ser efetuada dentro dos prazos e regras estabelecidas pelos respetivos normativos em vigor (Despacho normativo n.º 36/2007, de 8 de Outubro, alterado pelo Despacho normativo n.º 29/2008, de 5 de Junho) e com a concordância do próprio aluno e encarregado de educação quando for menor de 18 anos.

2.2 As propostas decorrentes deste processo são submetidas à ratificação do Conselho Pedagógico e Conselho Executivo ou Diretor do estabelecimento de ensino, que promove as condições para o seu desenvolvimento.

3. Classificação

3.1 Nos cursos de tipo 1, 2 e 3 a avaliação expressa-se numa escala de 1 a 5 em todas as componentes de formação (sociocultural, científica, tecnológica e prática) de acordo com a alínea a) do número 3 do artigo 13.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho).

3.2 Nos cursos de tipo 4, 5, 6, 7 e curso de formação complementar a avaliação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores em todas as componentes de formação (sociocultural, científica, tecnológica e prática) de acordo com a alínea a) do número 3 do artigo 13.º do Regulamento anexo ao Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho).

3.3. Em pauta, todas as classificações publicitadas expressam-se numa escala de 1 a 5 (T1,T2,T3) ou numa escala de 0 a 20 valores (restantes tipologias).

3.4 A classificação de cada disciplina das componentes de formação sociocultural e científica resulta da média aritmética simples das classificações obtidas nos módulos que constituem cada disciplina. A classificação atribuída a cada módulo resulta da aplicação dos critérios de avaliação definidos para a disciplina. Se aquando da publicitação da pauta do 1º período ainda não tiver sido concluído nenhum módulo, a classificação da disciplina publicitada em pauta resulta do conjunto dos elementos de avaliação apurados à data. Esta classificação poderá não ser coincidente com a classificação final atribuída a esse módulo.

3.5 A classificação da componente de formação tecnológica resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em cada UFCD ou das classificações obtidas em cada domínio, desde que as UFCD assim estejam organizadas. A classificação atribuída a cada UFCD resulta da aplicação dos critérios de avaliação definidos para a componente de formação tecnológica.

3.5.1 No caso da componente tecnológica estar organizada em domínios, a classificação do domínio publicitada em pauta deverá resultar da média aritmética simples das UFCD avaliadas até à data. Se aquando da publicitação da pauta do 1º período ainda não tiver sido concluída nenhuma UFCD, a classificação publicitada em pauta resulta do conjunto dos elementos de avaliação apurados à data. Esta classificação poderá não ser coincidente com a classificação final atribuída a essa UFCD.

3.5.2 No caso da componente tecnológica ser organizada apenas pelo conjunto das UFCD previstas para a formação em causa, deverá ser apurada a média aritmética simples de todas as UFCD concluídas à data e publicitada a classificação da componente que daí resultar.

4. Momentos de avaliação

4.1 As reuniões de avaliação das componentes escolares ocorrem em cada ano de formação em três momentos sequenciais, coincidentes com os períodos de avaliação estabelecidos no calendário escolar e dão lugar à publicitação em pauta das classificações decorrentes da avaliação contínua prevista para esta modalidade de educação e formação.

4.1.1 Nos cursos com a duração de um ano ou no ano terminal dos cursos com a duração de dois anos, o último momento de avaliação ocorre no final da parte escolar dos mesmos.

4.2 Deve ser dado conhecimento ao aluno das classificações atribuídas a cada módulo/UFCD à medida que estes vão sendo concluídos (com ou sem aproveitamento), mesmo que o momento não seja coincidente com os períodos de avaliação estabelecidos no calendário escolar.

O registo formal destas classificações deve constar do processo individual do aluno.

4.3 A avaliação final do curso só será realizada e publicitada após a conclusão do estágio e na sequência do conselho de turma convocado para o efeito.

5. Progressão

5.1 Nos cursos T1 e T2, a avaliação processa-se, ao longo do curso, nos momentos referenciados, não havendo lugar a retenção no 1.º ano.

5.2 Nos cursos T5, a progressão do aluno depende da obtenção, na avaliação sumativa no 1.º ano de formação, de classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas ou em todas menos duas.

5.2.1 O aluno não pode obter nas duas disciplinas referidas no ponto anterior uma classificação inferior a 8 valores.

6. Realização de exames nacionais

6.1 A realização de exames nacionais para prosseguimento de estudos está referida nos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º do Regulamento anexo ao despacho conjunto n.º 453/2004, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 12568/2010, de 4 de agosto e n.º 9752-A/2012, de 18 de Julho, devendo ser conjugado com o Regulamento de Exames.

6.1.1 Não realizam exames nacionais:

- a) Os alunos que obtiverem aprovação na avaliação sumativa interna realizada no final de um curso de Educação e Formação de Tipo 2 ou 3 e pretendam continuar estudos de nível secundário, exceto em cursos científico-humanísticos, na modalidade de ensino regular;
- b) Os alunos que obtiverem aprovação na avaliação sumativa interna realizada no final de um curso de Educação e Formação Tipo 5 ou 6 e não pretendam continuar estudos no ensino superior.

6.2 Realizam exames nacionais:

- a) Os alunos que concluem ou tenham concluído um curso de Educação e Formação de Tipo 2 ou 3 e que pretendam prosseguir estudos de nível secundário em cursos científico-humanísticos, na modalidade de ensino regular;
- b) Os alunos que concluem ou tenham concluído um curso de Educação e Formação de Tipo 5 ou 6 e que pretendam prosseguir estudos de nível superior realizam as respetivas provas de ingresso ao curso de ensino superior a que se candidatam.

7. Avaliação da Componente de Formação Prática

- 7.1 A classificação final da componente de formação prática resulta das classificações da formação prática em contexto de trabalho e da prova de avaliação final (PAF), com a ponderação de 70% e 30% respetivamente.
- 7.2 A avaliação na formação prática em contexto de trabalho é contínua e formativa, apoiada na apreciação sistemática das atividades desenvolvidas pelo aluno na sua experiência de trabalho. Os resultados desta apreciação são formalizados numa avaliação final.
- 7.3 O desenvolvimento da formação prática em contexto de trabalho é acompanhado por um registo de assiduidade e avaliação preenchido pelo monitor da entidade enquadradora que dá conhecimento do mesmo ao professor acompanhante de estágio.
- 7.4 A avaliação da formação prática em contexto de trabalho assenta na apreciação, pelo monitor, com base nos seguintes critérios:
 - a) Qualidade de trabalho;
 - b) Rigor e destreza;
 - c) Ritmo de trabalho;
 - d) Aplicação das normas de segurança;
 - e) Assiduidade e pontualidade;
 - f) Capacidade de iniciativa;
 - g) Relacionamento interpessoal;
 - h) Apropriação da cultura da empresa;
 - i) Competências Técnicas.

8. Creditação

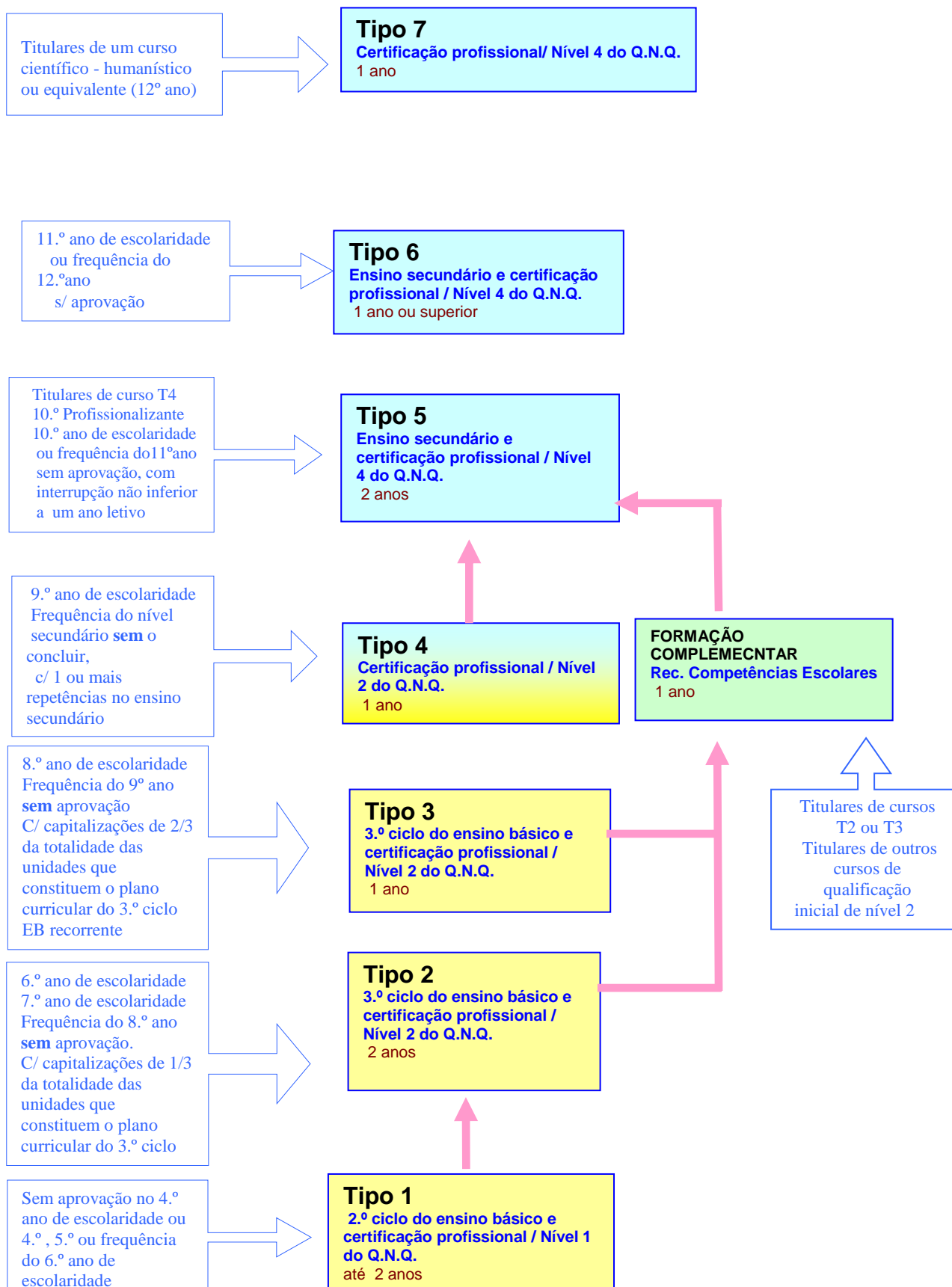
- 8.1 A formação obtida pelos alunos com frequência e avaliação no 3.º momento de avaliação do 1.º ano de um curso de tipo 1 ou 2 é creditada, a pedido dos interessados, através de análise curricular, para efeitos de prosseguimento de estudos na mesma ou noutra área de formação desta oferta formativa.
- 8.2 A formação obtida pelos alunos com frequência e avaliação no 3º momento de avaliação no 1º ano de um curso de tipo 5 é creditada, a pedido dos interessados, de acordo com o Despacho Normativo n.º 36/2007, de 8 de Outubro, e pelo Despacho Normativo nº 29/2008,

de 5 de Junho, para efeitos de prosseguimento de estudos noutras ofertas formativas de ensino secundário.

9. Certificações

- 9.1 Aos alunos que concluírem com aproveitamento os respetivos cursos será certificada, consoante os casos, uma qualificação profissional de nível 1, 2 ou 4 e a conclusão do 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade.
- 9.2 Aos alunos que frequentaram um curso T1, T2 ou T3 e obtiveram nas componentes de formação sociocultural e científica uma classificação final igual ou superior a três, e tenham respeitado o regime de assiduidade em todas as componentes, com exceção da componente de formação prática, poderá ser emitido um certificado escolar de conclusão do 6.º ou do 9.º ano de escolaridade.
- 9.3 Nos certificados constarão na componente de formação tecnológica todas as UFCD às quais foi atribuída classificação igual ou superior a 3 (T1, T2 e T3) ou a 10 valores (restantes tipologias), sendo esta certificação válida para todas as modalidades de educação e formação dos diferentes níveis de qualificação que se referenciem ao Catálogo Nacional de Qualificações.
- 9.4 Aos alunos que tenham obtido aproveitamento numa ou mais componentes de formação, mas não na sua totalidade, pode ser emitido um certificado da ou das componentes em que obtiveram aproveitamento.
- 9.5 Aos alunos que só tiveram aproveitamento em algumas disciplinas poderá ser passada, quando solicitada, uma certidão/declaração comprovativa das disciplinas em que obtiveram aproveitamento.
- 9.6 Os certificados de Educação e Formação definidos pela Portaria n.º 199/2011, de 19 de Maio, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20/2011, de 13 de Julho, são emitidos pela entidade formadora responsável pelo curso.

F- ORGANOGRAMA CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



ANQEP	TIPOLOGIA DOS PERCURSOS (Condições de Acesso, Duração e Certificação Escolar e Profissional)	Educação e Formação de Jovens (Desp. Conj. N.º 453/2004)
-------	--	---

PERCURSOS DE FORMAÇÃO	CONDIÇÕES DE ACESSO	DURAÇÃO (horas)	CERTIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL
TIPO 1-A TIPO 1-B	Inferiores ao 4.º ano de escolaridade.	1872 (duração de 2 anos letivos, incluindo estágio)	2.º ciclo do ensino básico e certificação profissional Nível 1 de qualificação do Q.N.Q.
	Superior ao 4.º ano e inferior ao 6.º ano de escolaridade	1125 (duração de 1 ano letivo, incluindo estágio)	
TIPO 2	Com o 6.º ano de escolaridade, 7.º ou frequência do 8.º ano Com capitalizações de 1/3 da totalidade das unidades que constituem o plano curricular do 3.º ciclo do EB	2109 (duração de 2 anos letivos, incluindo estágio)	3.º ciclo do ensino básico e certificação profissional Nível 2 de qualificação do Q.N.Q.
TIPO 3	Com 8º ano de escolaridade ou frequência sem aprovação do 9.º ano de escolaridade Com capitalizações de 1/3 da totalidade das unidades que constituem o plano curricular do 3.º ciclo do EB	1200 (duração de 1 ano letivo, incluindo estágio)	3.º ciclo do ensino básico e certificação profissional Nível 2 de qualificação do Q.N.Q.
TIPO 4	9.º ano de escolaridade, em risco de abandono ou frequência do nível secundário com uma ou mais retenções, sem o concluir	1230 (duração de 1 ano letivo, incluindo estágio)	Certificação profissional Nível 2 de qualificação do Q.N.Q.
Curso de Formação Complementar	9.º ano de escolaridade e curso de qualificação inicial de nível 2 ou titulares de curso de tipo 2 ou 3 que pretendam prosseguir a sua formação	1020 (duração de 1 ano letivo, incluindo estágio)	Certificado de acesso ao Tipo 5
TIPO 5	Titular do 10.º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente, ou frequência do 11.º ano, sem aproveitamento, com interrupção não inferior a um ano letivo, ou titular de percurso tipo 4, ou 10.º ano profissionalizante, ou curso de qualificação inicial de nível 2 com formação complementar	2276 (duração de 2 anos letivos, incluindo estágio)	Ensino secundário e certificação profissional Nível 4 de qualificação 1do Q.N.Q.
TIPO 6	Titular do 11º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente ou frequência do 12.º ano sem aproveitamento, <u>que pertença à mesma ou a área de formação afim</u>	1380 (duração de 1 ano letivo + estágio)	Ensino secundário e certificação profissional Nível 4 de qualificação do Q.N.Q.
TIPO 7	Titular do 12.º ano de um curso científico-humanístico ou equivalente do nível secundário de educação, <u>que pertença à mesma ou a área de formação afim</u>	1155 (duração de 1 ano letivo, incluindo estágio)	Certificação profissional Nível 4 de qualificação do Q.N.Q.